

STRONG ESAGS – ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO

LUANA MOREIRA ALVES

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
NO BRASIL NO PERÍODO 2004-2014**

Santo André – SP
2021

LUANA MOREIRA ALVES

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
NO BRASIL NO PERÍODO 2004-2014**

Monografia apresentada como exigência para
obtenção do grau de Bacharel em Economia, à
Escola Superior de Administração e Gestão -
STRONG ESAGS.

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo

Santo André – SP
2021

A Deus e aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado, contribuindo para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir realizar este trabalho final com saúde e muita determinação.

Aos meus pais por todo apoio e incentivo no decorrer deste período de formação, e também aos amigos que estiveram comigo em sala de aula durante todo o curso.

Agradeço aos meus professores por disseminarem seus diversos conhecimentos e por todo aprendizado.

Em especial ao meu orientador, professor Raphael Bicudo, por sempre ministrar suas aulas com maestria, por todo conhecimento e informações passadas sobre Desenvolvimento Econômico, nos quais me ajudaram na realização deste trabalho. Agradeço por ser um professor exemplar, pelas ricas e inúmeras orientações, e por marcar minha formação com suas falas admiráveis que levarei sempre comigo.

“ Dificuldades preparam pessoas comuns, para destinos extraordinários. Faça o que é certo, e depois de ter feito, deixe nas mãos de Deus. ”

(C. S. LEWIS)

RESUMO

Esta monografia analisa o desenvolvimento econômico brasileiro considerando a distribuição de renda no período de 2004 a 2014, estudando os fatores que podem permitir uma melhora, bem como uma deterioração do processo de distribuição de renda no Brasil, onde foi possível observar que a economia brasileira carrega um histórico de desigualdade econômica a começar do descobrimento do país, onde a renda era totalmente concentrada nos portugueses e somente eles detinham todo o poder de compra existente. No decorrer dos anos o perfil distributivo sofreu certas evoluções dentre os diferentes momentos históricos do Brasil, no entanto a desigualdade sucedida desde a formação política/econômica da sociedade brasileira, nunca deixou de se fazer presente. Na análise foi considerado o cenário histórico e estudos de atores como Shumpeter, Rostow e Fernando Mattos, onde os dados foram submetidos a análises através de indicadores econômicos, tais como: PIB, Inflação, Índice de Gini e Renda Per Capita.

Após as pesquisas e análises foi possível perceber que o Brasil sofreu uma desindustrialização de forma bem prematura, suas principais causas foram o fato de o processo de desenvolvimento não ter sido concluído totalmente, ou seja, a renda per capita das famílias não cresceu o bastante para que houvesse uma redução no setor industrial, assim como não houveram investimentos em tecnologia de forma concreta para estimular a indústria, o que aconteceu foi uma alta na taxa de desemprego e baixo rendimento no valor agregado em manufatura, onde todos esses pontos acarretaram cenários de recessão constante e renda fortemente acumulada até os dias de hoje na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Desenvolvimento; renda; cenário histórico; desigualdade econômica e sociedade brasileira.

ABSTRACT

This monograph analyzes the Brazilian economic development considering the income distribution in the period 2004 to 2014, studying the factors that may allow an improvement, as well as a deterioration in the income distribution process in Brazil, where it was possible to observe that the Brazilian economy carries a history of economic inequality starting with the discovery of the country, where the income was totally concentrated in the Portuguese and only they had all the existing purchasing power. Over the years, the distributive profile has undergone certain evolutions among the different historical moments in Brazil, however the inequality defined since the political / economic formation of Brazilian society, has never ceased to be present. In the analysis, the historical scenario and studies of actors such as Shumpeter, Rostow and Fernando Mattos were considered, where the data were submitted to analysis through economic indicators, such as: PIB, Inflation, Gini Index and Per Capita Income.

After research and analysis, it was possible to see that Brazil suffered a very premature deindustrialization, its main causes were the fact that the development process has not been fully concluded, that is, the per capita income of families has not grown enough to that there was a reduction in the industrial sector, just as there were no investments in technology in a concrete way to stimulate the industry, what happened was an increase in the unemployment rate and low yield in the added value in manufacturing, where all these points led to recession scenarios constant and strongly accumulated income to the present day in Brazilian society.

Keywords: Development; income; historical setting; economic inequality and Brazilian society.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Gini no Brasil de 1981 a 2014	13
Gráfico 2 – Variação do Rendimento Médio Mensal Per Capita	14
Gráfico 3 – PIB a Preços de Mercado (2001 a 2016)	14
Gráfico 4 – Participação do PIB dos Municípios das Capitais no País	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini (2003 – 2014)	18
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB - Produto Interno Bruto.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	
2.1 – Cenário Histórico	13
2.2 – A Desigualdade da Distribuição de Renda Brasileira	16
2.3 – Melhora ou Piora da Desigualdade no Brasil	18
3. COMPARAÇÃO AO CENÁRIO ATUAL	19
4. CONCLUSÃO	21
5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	22

1. INTRODUÇÃO

Numa perspectiva geral, o desenvolvimento remete a uma melhora do bem-estar humano, que costuma vir acompanhado de mudanças na estrutura econômica, onde seu objetivo principal é melhorar a disponibilidade e o acesso a itens básicos, ou seja, acurar a qualidade de vida das pessoas. Para alcança-lo de forma efetiva, o país precisa atingir um nível de pobreza aceitável, em pontos sociais e culturais, nos quais devem estar juntos também com os quesitos econômicos.

"O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente" (SHUMPETER, 1997, p. 75).

O desenvolvimento remete a uma melhora do bem-estar humano, que costuma vir acompanhado de mudanças na estrutura econômica e seu objetivo principal é melhorar a disponibilidade e o acesso a itens básicos, ou seja, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para alcança-lo o país precisa atingir um nível de pobreza aceitável, em pontos sociais e culturais, onde estes devem estar junto com os quesitos econômicos.

Ao longo da pesquisa foi possível, de maneira clara, entender a importância do setor industrial no desenvolvimento de um país. A indústria tem um papel fundamental na retomada da economia, pois essa recuperação dependerá consideravelmente do consumo, onde este deverá ser estimulado pelo agronegócio, setor manufatureiro e principalmente através da alavancagem no setor de serviços, que foi tão afetado durante a atual crise e representa pouco mais de 40% da nossa economia. Portanto se houvesse uma melhoria no padrão de vida e da população, as escolhas sociais e econômicas das pessoas seriam expandidas, alavancando o consumo e conseqüentemente ajudando o crescimento do país.

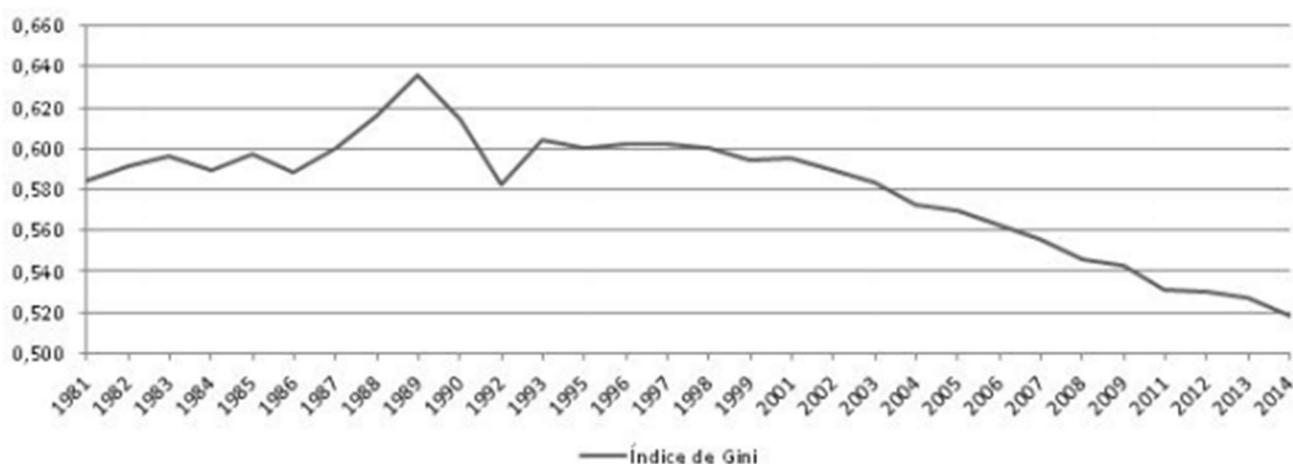
Nesse sentido, este trabalho estudará a relação do desenvolvimento de um país com a distribuição de renda nele presente.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 – Cenário Histórico

Desde os primórdios o Brasil possui um foco constante em seu crescimento econômico, ao qual é a variação quantitativa do produto (PIB), onde este remete a prosperidade. No entanto, se a concentração de renda for muito elevada pode não significar uma melhoria de renda e bem-estar para a população como um todo, e esta renda mal distribuída acarreta uma estagnação de desenvolvimento para o país, que conforme o índice de Gini, podemos analisar que dentro do período escolhido o Brasil sempre esteve em situação de alta proporção do grau de desigualdade na distribuição de renda, houve uma redução, contudo, seu valor ainda assim é respectivamente alto.

Gráfico 1 – Índice de Gini no Brasil de 1981 a 2014



Fonte: Ipeadata (2017)

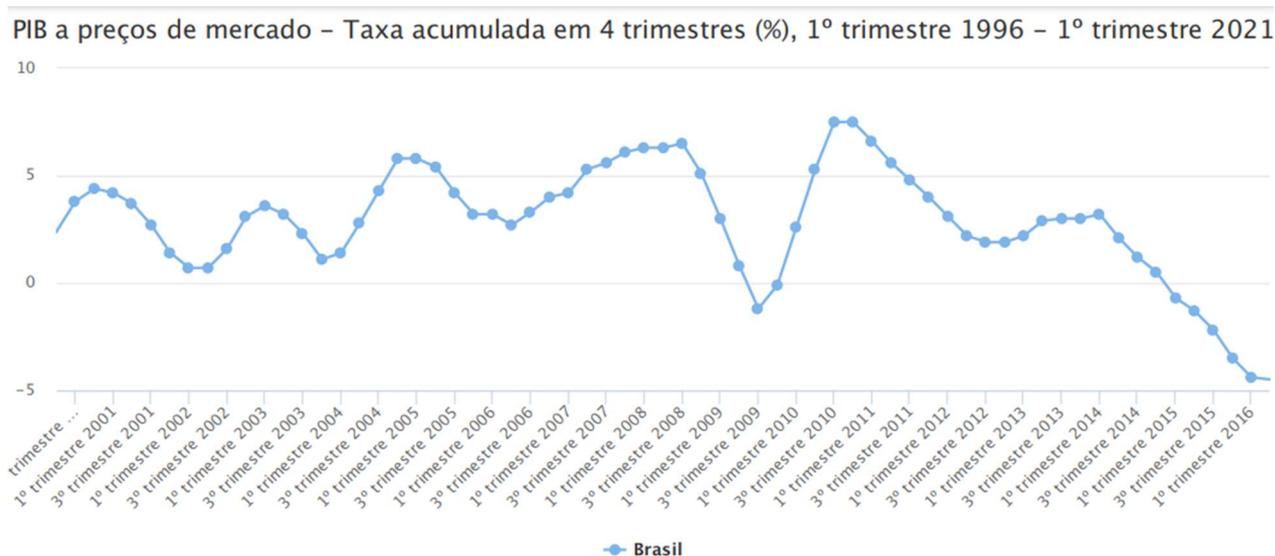
Como é possível observar no gráfico histórico, o Índice de Gini vem tomando um caminho de queda ao longo dos anos, o que nos mostra uma redução na desigualdade de distribuição de renda dentro do país, porém este valor ainda está bem longe de chegar a um patamar de maior igualdade na renda da população brasileira.

A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios, realizada em todo território nacional, onde busca levantar características como: educação, habitação, renda, saúde, trabalho e diversos outros dados conforme a necessidade de informação do país.



Especificamente em 2014, dados da PNAD expressaram um bom crescimento na renda da população brasileira, o que acarretou na redução do Índice de Gini, devido ao melhor percentual de distribuição e automaticamente menor concentração de renda.

- Produto Interno Bruto



Fonte: "IBGE - Contas Nacionais Trimestrais"

Nas diversas tentativas de alavancagem econômica, o Brasil passou pelo

processo de catching up, ao qual não foi concluído, visto que quando o PIB recuou o país ainda não havia alcançado um nível de renda per capita compatível para um desenvolvimento efetivo. Então desde a última recessão, o Brasil não conseguiu sustentar uma recuperação efetiva para sua economia e veio mostrando um desempenho muito baixo e quase irrelevante comparado as projeções presentes no país, o que tendenciou um cenário de depressão constante. O PIB caindo e a população crescendo com o país em queda, causou uma piora nos problemas estruturais, o que também contribuiu para a era negativa do Brasil.

“O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização” (ROSTOW, 1960, p. 11).

2.2 – A Desigualdade da Distribuição de Renda Brasileira

Cerca de 5% da população brasileira mais rica detêm quase metade da renda do país inteiro. Desde a era dos anos 60, o IBGE tem mostrado alto nível de desigualdade social, a partir de 1980 o descontrole da inflação acabou inviabilizando o combate à desigualdade econômica e conseqüentemente causou crises onde as melhorias do perfil distributivo e da qualidade de vida, tornaram-se um cenário distante e impossibilitado para o Brasil.

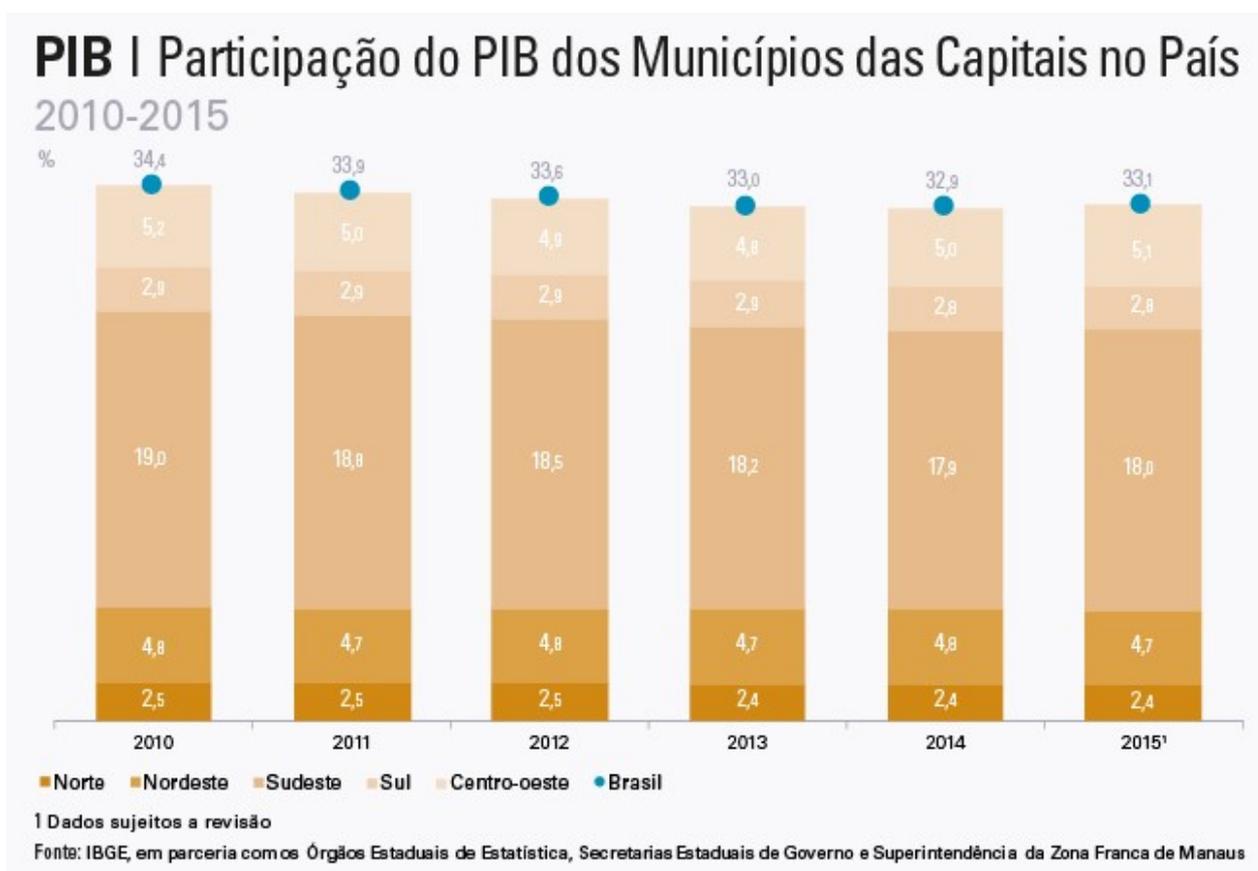
Conforme Fernando Mattos (2017), foi possível uma recuperação do salário mínimo após uma estabilização inflacionária, onde este fôlego refletiu de forma positiva em uma melhora na distribuição de renda a partir de 2004, que após alguns acontecimentos históricos, tais como a bolha imobiliária nos Estados Unidos, que causou uma expansão da economia mundial e uma mudança nos preços de commodities, advindo do rápido crescimento da Ásia, tornou-se um cenário propício para uma aceleração do crescimento econômico a partir do mesmo ano.

É possível perceber em todo caminho da sociedade brasileira, a importância do papel do Estado para o perfil distributivo, onde este mostrou uma certa estabilidade ao longo dos anos, principalmente no período 2001 – 2005, quando exibiu uma tendência de queda, e conseqüentemente houve uma redução expressiva em relação à pobreza, caracterizando assim, esses anos como um intervalo de ganhos para o bem-estar da sociedade devido a essa redução da desigualdade, que através da renda per capita, é possível perceber que há uma quantidade menor de pessoas pobres e os que são classificados devidamente como pobres tornaram-se, menos pobres. (Leandro Silva, 2014)

Conforme dados da PNAD, a partir de 2006 a desigualdade no Brasil iniciou uma tendência de queda, não porque os pobres se tornaram menos pobres, mas sim pelo fato de que houve uma redução de renda da população mais rica. Porém, mesmo com essa redução, não houveram grandes mudanças deste cenário até 2012. A concentração de renda permaneceu excessivamente alta, dando cada vez maior ênfase para a nítida desigualdade presente no país, onde esta implica ações como a criação do Bolsa Família e do programa “Brasil sem miséria”, criado em 2011, que através deste foi constatado que mais de 16 milhões de pessoas viviam em um estado de miséria no Brasil.

Nos anos seguintes, até 2014 o país passou por uma crise econômica e política no governo Dilma e até hoje nos mostra cada vez mais o quanto se faz necessária uma análise profunda sobre a questão da desigualdade econômica, que se dá pela

concentração de renda, visto toda sua complexidade, para que assim hajam políticas que olhem não somente para pontos específicos da economia, mas sim para um todo, de forma com que a economia brasileira possa alavancar seus ganhos de produtividade e passando por um verdadeiro desenvolvimento, gerando mudanças estruturais que possam levar a uma redução duradoura e consistente da desigualdade.



O Brasil é um dos países com mais elevados níveis de desigualdade de renda do mundo e o gráfico acima nos permite perceber que esta desigualdade não acontece somente no país, mas também de forma diferente entre suas regiões e estados. Onde esses dados estão totalmente atrelados ao desenvolvimento econômico do país, as regiões menos presentes, com menor participação no PIB, são justamente aquelas onde não há um investimento para educação, moradia, trabalho, acesso a informação e todos os demais fatores que causam determinada melhoria na qualidade de vida das pessoas.

2.3 – Melhora ou Piora da Desigualdade no Brasil

A questão da desigualdade de riqueza e de patrimônio vem sendo tratada recentemente representando sem dúvida um aspecto central para a discussão da desigualdade econômica brasileira.

No início do período estudado, foi percebido uma melhora na distribuição de renda no Brasil, devido a recuperação do valor real do salário mínimo após a estabilização inflacionária da moeda brasileira.

O fato mencionado pode ser demonstrado na tabela abaixo, onde o Índice de Gini mostra uma melhora na desigualdade de renda, dada pelo aumento do salário, citado anteriormente. Os dados referem-se a estrutura da renda pessoal do conjunto da população brasileira e participação na massa de renda total, renda média, variação e o Índice de Gini por tipo de renda.

Tipos de renda	% Renda Total		Renda Média		Var. % R. M.	Índice de Gini	
	2003	2014	2003	2014		2003	2014
Trabalho principal	74,0	74,4	1195	1717	43,7	0,55	0,48
Todos trabalhos	76,9	76,6	1243	1771	42,5	0,55	0,49
Aposent. pública	14,6	14,4	1057	1328	25,6	0,48	0,38
Outras aposent.	0,4	0,4	2224	2392	7,6	0,57	0,57
Pensão pública	4,2	4,00	843	1117	32,5	0,43	0,33
Outras pensões	1,0	0,9	563	576	2,3	0,53	0,53
Doações	0,7	0,4	439	539	22,7	0,58	0,56
Aluguel	1,8	1,2	998	1346	34,9	0,58	0,56
Juros e outros *	1,1	2,3	157	299	90,5	0,73	0,51
Renda Total	100,0	100,0	1228	1665	35,6	0,57	0,50

*Fonte: Microdados das PNAD's.

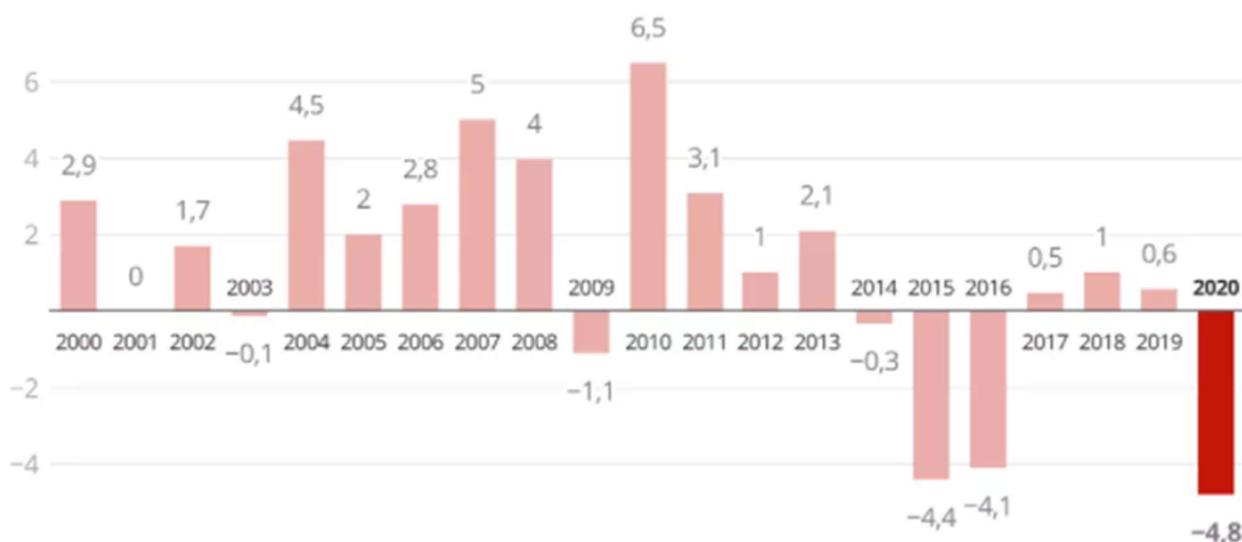
A desigualdade dentro de cada tipo de rendimento, inclusive os do trabalho, apresentou melhora, representada pela queda de seus respectivos Índices de Gini no período, o que explica, em suas devidas proporções, a redução do Índice de Gini da Renda Total.

3. COMPARAÇÃO AO CENÁRIO ATUAL

Considerando o cenário que estamos vivendo, mesmo que o país alcance alguma melhora, no PIB por exemplo, não será o suficiente para retornarmos aos números que antecederam a pandemia, será necessário muito mais para recuperarmos todas as perdas que tivemos. A retomada nos setores agropecuário, na indústria, comércio e serviços tem acontecido de maneira retardatária, principalmente os dois últimos que tendem a piorar devido a situação das famílias brasileiras, ou seja, com todo esse cenário negativo, os próximos semestres de 2021 e 2022 tendem a ser de recessão, onde estamos dependentes do avanço da vacinação e obviamente da desaceleração da pandemia, para que as atividades tenham seu funcionamento normalizado.

Variação anual do PIB per capita

Em %



Fonte: IBGE

A economia brasileira está bem distante de sair da estagnação, devido aos resultados medíocres nas tentativas de recuperação das recessões, então além de questões estruturais que o Brasil vem carregando a muito tempo, como desindustrialização, desemprego, informalização do mercado de trabalho e queda da mobilidade social, existem esses impactos que não possuímos controle, tais como fenômenos naturais, greves, guerras, crises, etc, bem como também a política econômica que aceita a estagnação como algo normal para o país, como números extremamente baixos para os índices referentes a população e aos resultados do Brasil.

Atualmente, olhando especificamente para a renda da população brasileira, nosso

país exibe uma extrema concentração da renda nacional. Segundo dados do IBGE, considerando o ano base de 2019, 10% da população mais rica retêm um percentual equivalente a 43% da renda nacional, portanto, comparando ao cenário de 2004 – 2014, o momento atual é totalmente inverso, pois os números estão cada vez piores e a tendência não é de uma melhora imediata. Diferentemente do período estudado, onde tínhamos um cenário positivo e de avanço na renda e no desenvolvimento do país.

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do país se faz extremamente necessário para que haja uma melhora na desigualdade, bem como na distribuição de renda da população brasileira.

Um país desenvolvido possui diferentes capacidades de gerar renda, ou seja, há uma diversidade maior, um equilíbrio nos setores primário, secundário e terciário. As populações dos países desenvolvidos são mais qualificadas, pois existe um maior investimento e qualidade na educação, o que contribui para salários maiores e conseqüentemente uma melhor distribuição de renda total da população.

Porém, a realidade do Brasil é completamente diferente, temos uma economia estagnada em um cenário de recessão, devido aos seus resultados medíocres de crescimento. As raízes históricas da desigualdade brasileira e falta de desenvolvimento, interferem até hoje o país. Os acontecimentos e problemas estruturais como desemprego, desindustrialização, informalização do mercado de trabalho, alto nível de concentração de renda, etc, foram minando o PIB brasileiro. Outro ponto muito importante que também explica essa estagnação da economia brasileira, é a política econômica que considera a estagnação do país normal e com isso acaba-se aceitando números extremamente baixos para os índices referentes a população e aos resultados do Brasil.

Com isso, todos esses pontos citados dificultam o avanço no desenvolvimento do país e como consequência ocorre a deterioração do processo de distribuição de renda, causando uma piora da desigualdade no Brasil.

Tomando por base todos os estudos feitos para desenvolver este trabalho, ao meu ver, o ideal seria centralizar o país no processo de Catching Up. Como o próprio nome já diz é fazer uma convergência na economia, ou seja, são estratégias para que o país alcance um nível de renda per capita compatível para um real desenvolvimento e só depois disso, o produto pode recuar, onde para isso devem ser considerados fatores econômicos e não econômicos, um equilíbrio entre os dois.

Todos esses anos tiveram tentativas frustradas de crescimento econômico para o Brasil, porque ao meu ver falharam ao manter o foco somente no crescimento dos produtos ao invés de investir simultaneamente no desenvolvimento econômico, ou seja, trazer uma melhora ao bem-estar humano, sendo saúde, educação, renda, etc. Essa melhora no padrão de vida das pessoas expande as escolhas sociais e econômicas da população, bem como também haveria uma melhora no salário médio, o que implicaria na redução da desigualdade, melhorando assim a distribuição de renda da população brasileira.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ATTÍLIO, L. A. Liberdade Econômica e Crescimento. **Rev. Bras. de Econ.** vol.74, nº.1, jan. – mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20200002>

BARBOZA, R. M.; ZILBERMAN, E. Os Efeitos da Incerteza sobre a Atividade Econômica no Brasil. **RBE Rio de Janeiro**, v. 72 n. 2 / p. 144 – 160, abr. – jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20180007>

CRAVO, T. A.; RESENDE, G. M.; CRUZ, B. O. Mensurando as disparidades regionais no Brasil: Salários, custo de vida e amenidades locais. **Rev. Bras. de Econ.** vol.73, nº.1, jan. – mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20190001>

CRUZ, A. C.; TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. **Economia – Revista da ANPEC**, ed. 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Efeito.pdf>

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Econ. soc.**, vol.22 no.3 Campinas Dec. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300002>

DARÉ, E. F.; HOFFMAN, R. Remuneração do funcionalismo público e a variação da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2009. **Economia – Revista da ANPEC**, ed. 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Funcionalismo.pdf>

FEIJÓ, J. R.; FRANÇA, J. M. S.; NETO, V. R. P. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 48, n. 3, dez. 2018. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1794/1276>

FILHO, J. C. M.; TELES, V. K. Crédito e desemprego no brasil (2002-2015). **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 50, n. 2, ago. 2020. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1750/1306>

FILHO, N. M. Desigualdade Extrema. **Valor Econômico**, Brasília, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/desigualdade-extrema/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Tributação e distribuição de renda no Brasil: novas evidências a partir de dados da DIRPF. **Rev. Econ. Polit.** vol.37, nº 2, São Paulo, abr. – jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572017v37n02a01>

HECKSHER, M.; SILVA, P. L. N.; CORSEUIL, C. H. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 48, n. 3, dez. 2018. Disponível em:
<https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1991/1273>

HOFFMAN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Econ. soc.** vol.18 no.1 Campinas Apr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182009000100007>

LÔBO, T. P.; NAKABASHI, L. Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros. **Rev. Bras. de Econ.** vol.74, nº.3, jul. – set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20200017>

MATTOS, F. A. M. **O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil**. Revista da ABET, v. 16, n. 1, 2017.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. **A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares**. Brasília, 2014.

RATTNER, H. Contrastes regionais no desenvolvimento econômico brasileiro. **Rev. adm. empres.**, vol.4 no.11 São Paulo Apr./June 1964. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901964000200005>

ROCHA, R.; URANI, A. Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida. Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos? **Rev. Econ. Polit.** vol.27 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572007000400006>

SABOIA, J.; NETO, J. H. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Econ. soc.** vol.27 no.1 Campinas Jan./Apr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n1art9>

SILVA, Leandro Nunes Soares da. **Evolução recente da distribuição de renda e da pobreza no Brasil rural**. Paraná, 2014.

SOUZA, E. C.; FILHO, N. M. O impacto do gasto público e da qualidade por nível de ensino sobre o crescimento da renda dos estados brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 50, n. 2, ago. 2020. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/2122/1303>. Acesso 28 de março de 2021.

